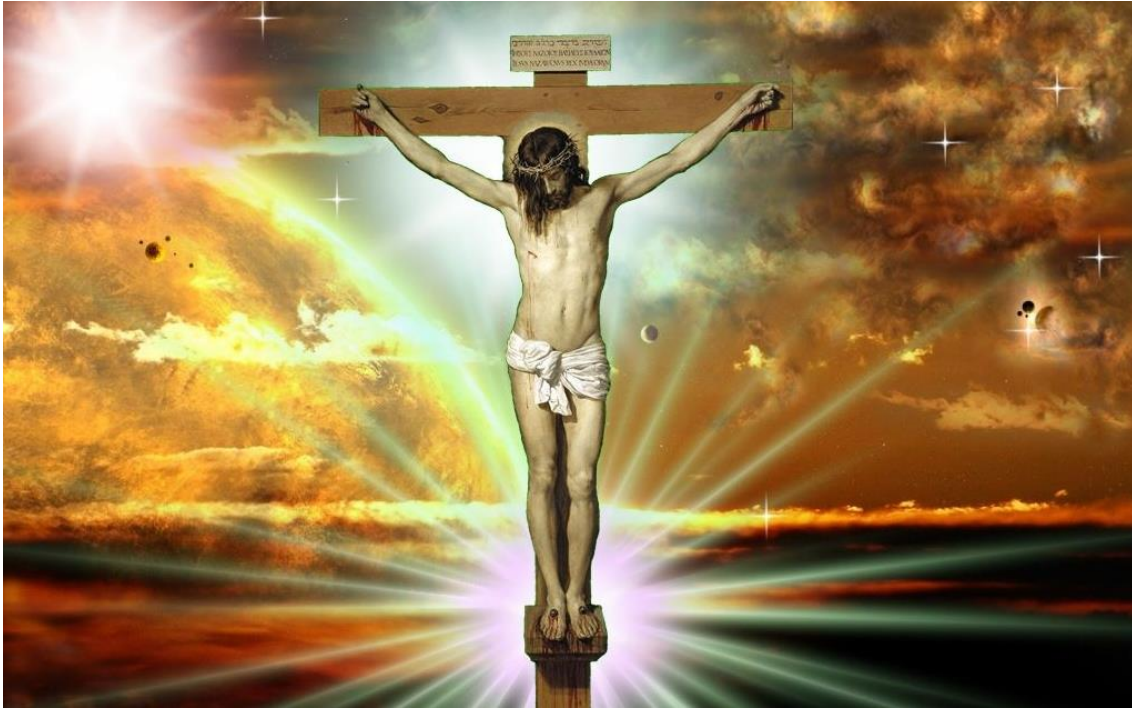


31. JESUS MORREU CRUCIFICADO

595-623



INTRODUÇÃO

A reflexão e a contemplação do mistério da morte de Jesus Cristo na cruz revela de maneira indiscutivelmente clara que Deus não é uma divindade qualquer; o Deus revelado por Cristo não é como um deus pagão, sentado tranquilamente no Olimpo, contemplando do alto as vicissitudes dos seres humanos e que se manifesta ocasionalmente fulminando com os seus raios.

A morte de Jesus na cruz mostra que Deus não está “do lado de lá” ou “lá em cima”. Pelo contrário, Ele partilha a história de sofrimento e de morte da humanidade para nela introduzir uma história de amor e de misericórdia.

Para uma correta compreensão do fato, do significado e do valor salvador da morte de Jesus na cruz, o catecismo reflete primeiramente sobre o processo que condenou Jesus à morte (595-598).

A morte de Jesus na cruz é um evento histórico e por isso é possível fazer uma averiguação da responsabilidade pessoal dos atores do processo. Mas a morte de Jesus não é meramente fruto de um infeliz erro jurídico, nem simples resultado de um conjunto de circunstâncias. *Ela faz parte do mistério do projeto de Deus* (599) e por isso é também um evento salvador que tem alcance universal de redenção (599-605).

A morte de Jesus na cruz é sacrifício, ou seja, manifestação suprema de amor que realiza a nossa redenção. Na cruz, Jesus assume sobre si o pecado de muitos, substituindo a nossa desobediência por Sua obediência, realizando assim efetivamente a nossa salvação (606-618).

TEXTO 595-623

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA SEÇÃO

CAPÍTULO II: CREIO EM JESUS CRISTO, FILHO ÚNICO DE DEUS

ARTIGO 4 – PARÁGRAFO 2: JESUS MORREU CRUCIFICADO



I. O PROCESSO DE JESUS

Dissensões entre as autoridades judaicas em relação a Jesus

595. Entre as autoridades religiosas de Jerusalém não houve somente o fariseu Nicodemos ou o ilustre José de Arimatéia como discípulos secretos de Jesus, mas durante muito tempo foram produzidas dissensões acerca de Jesus, a ponto de, às vésperas de sua Paixão São João poder dizer deles que “um bom número deles creu nele”, ainda que de forma bem imperfeita (Jo 12,42). Isso não tem nada de surpreendente se levarmos em conta que no dia seguinte a Pentecostes “uma multidão de sacerdotes obedecia à fé” (At 6,7) e que “alguns do partido dos fariseus haviam abraçado a fé” (At 15,5), a ponto de São Tiago poder dizer a São Paulo que “zelosos partidários da Lei, milhares de judeus abraçaram a fé” (At 21,20).

596. As autoridades religiosas de Jerusalém não foram unânimes na conduta a adotar em relação a Jesus. Os fariseus ameaçaram de excomunhão os que o seguissem. Aos que temiam que “todos crerão em Jesus e os romanos virão e destruirão nosso Lugar Santo e a nação” (Jo 11,48), o Sumo Sacerdote Caifás propôs, profetizando: “Não compreendeis que é de vosso interesse que um só homem morra pelo povo e não pereça a nação toda?” (Jo 11,50). O Sinédrio, depois de declarar Jesus “passível de morte” na qualidade de blasfemador, mas, tendo perdido o direito de pô-lo à morte, entrega Jesus aos romanos, acusando-o de revolta política, o que colocará Jesus no mesmo pé que Barrabás, acusado de “sedição” (Lc 23,19). São também ameaças políticas o que os chefes dos sacerdotes fazem a Pilatos para que condene Jesus à morte.

Parágrafo relacionado 1753

Os judeus não são coletivamente responsáveis pela morte de Jesus

597. Levando em conta a complexidade histórica do processo de Jesus manifestada nos relatos evangélicos, e qualquer que possa ser o pecado pessoal dos atores do processo (Judas, o Sinédrio, Pilatos), conhecido só de Deus, não se pode atribuir responsabilidade ao conjunto dos judeus de Jerusalém, a despeito dos gritos de uma multidão manipulada e das censuras globais contidas nos apelos à conversão depois de Pentecostes. O próprio Jesus, ao perdoar na cruz, e Pedro, depois dele, apelaram para a “ignorância” dos judeus de Jerusalém e até dos chefes deles. Menos ainda pode-se, a partir do grito do povo: “Seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos” (Mt 27,25),

que significa uma fórmula de ratificação, estender a responsabilidade aos outros judeus no espaço e no tempo.

Parágrafo relacionado 1735

Por isso a Igreja declarou muito oportunamente no Concílio Vaticano II: “Aquilo que se perpetrou em sua Paixão não pode indistintamente ser imputado a todos os judeus que viviam então, nem aos de hoje... Os judeus não devem ser apresentados nem como condenados por Deus nem como amaldiçoados, como se isto decorresse das Sagradas Escrituras”.

Parágrafo relacionado 839

Todos os pecadores foram os autores da paixão de Cristo

598. No magistério de sua fé e no testemunho de seus santos a Igreja nunca esqueceu que “foram os pecadores como tais os autores e como que os instrumentos de todos os sofrimentos por que passou o Divino Redentor”. Levando em conta que nossos pecados atingem o próprio Cristo, a Igreja não hesita em imputar aos cristãos a responsabilidade mais grave no suplício de Jesus, responsabilidade que com excessiva frequência estes debitaram quase exclusivamente aos judeus.

Devemos considerar como culpados desta falta horrível os que continuam a reincidir em pecados. Já que são os nossos crimes que arrastaram Nosso Senhor Jesus Cristo ao suplício da cruz, com certeza os que mergulham nas desordens e no mal “de sua parte crucificam de novo o Filho de Deus e o expõem as injúrias” (Hb 6,6). E é imperioso reconhecer que nosso próprio crime, neste caso é maior do que o dos judeus. Pois estes, como testemunha o Apóstolo, “se tivessem conhecido o Rei da glória, nunca o teriam crucificado” (1Cor 2,8). Nós, porém, fazemos profissão de conhecê-lo. E, quando o negamos por nossos atos, de certo modo levantamos contra Ele nossas mãos homicidas. Os demônios, então, não foram eles que o crucificaram; és tu que com eles o crucificaste e continuas a crucificá-lo, deleitando-te nos vícios e nos pecados.

Parágrafo relacionado 1851

II. A MORTE REDENTORA DE CRISTO NO DESÍGNIO DIVINO DE SALVAÇÃO



“Jesus entregue segundo o desígnio bem determinado de Deus”

599. A morte violenta de Jesus não foi o resultado do acaso um conjunto infeliz de circunstâncias. Ela faz parte do mistério do projeto de Deus, como explica São Pedro aos judeus de Jerusalém já em seu primeiro discurso de Pentecostes: “Ele foi entregue segundo o desígnio determinado e a presciência de Deus” (At 2,23). Esta linguagem bíblica não significa que os que “entregaram Jesus” tenham sido apenas executores passivos de um roteiro escrito de antemão por Deus.

Parágrafo relacionado 517

600. Para Deus, todos os momentos do tempo estão presentes em sua atualidade. Ele estabelece, portanto, seu projeto eterno de “predestinação” incluindo nele a resposta livre de cada homem à sua graça: “De fato, contra teu servo Jesus, a quem ungiste, verdadeiramente coligaram-se, nesta cidade, Herodes e Pôncio Pilatos com as nações pagãs e os povos de Israel, para executar tudo o que, em teu poder e sabedoria, havias predeterminado” (At 4,27-28). Deus permitiu os atos nascidos de sua cegueira, a fim de realizar seu projeto de salvação.

Parágrafo relacionado 312

“Morreu por nossos pecados segundo as Escrituras”

601. Este projeto divino de salvação mediante a morte do “Servo, o Justo” havia sido anunciado antecipadamente na Escritura como um mistério de redenção universal, isto é, de resgate que liberta os homens da escravidão do pecado. São Paulo, em sua confissão de fé que diz ter “recebido *secundum Scripturas*”, professa que “Cristo morreu por nossos pecados segundo as Escrituras”. A morte redentora de Jesus cumpre em particular a profecia do Servo Sofredor. Jesus mesmo apresentou o sentido de sua vida e de sua morte à luz do Servo Sofredor. Após a sua Ressurreição, ele deu esta interpretação das Escrituras aos discípulos de Emaús, e depois aos próprios apóstolos.

Parágrafos relacionados 652, 713

“Aquele que não conhecera o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós”

602. Por isso, São Pedro pode formular assim a fé apostólica no projeto divino de salvação: “Fostes resgatados da vida fútil que herdastes de vossos pais, pelo sangue precioso de Cristo, como de um cordeiro sem defeitos e sem mácula, conhecido antes da fundação do mundo, mas manifestado, no fim dos tempos, por causa de vós” (1Pd 1,18-20). Os pecados dos homens, depois do pecado original, são sancionados pela morte. Ao enviar seu próprio Filho na condição de escravo, condição de uma humanidade decaída e fadada à morte por causa do pecado. “Aquele que não conhecera o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus” (2Cor 5,21).

Parágrafos relacionados 400, 519

603. Jesus não conheceu a reprovação, como se Ele mesmo tivesse pecado. Mas, no amor redentor que sempre o unia ao Pai, nos assumiu na perdição de nosso pecado em relação a Deus a ponto de poder dizer em nosso nome, na cruz: “Meu Deus, meu Deus por que me abandonaste?” (Mc 15,34). Tendo-o tornado solidário de nós, pecadores, “Deus não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós” (Rm 8,32), a fim de que fôssemos “reconciliados com Ele pela morte de seu Filho” (Rm 5,10).

Parágrafo relacionado 2572

Deus tem a iniciativa do amor redentor universal

604. Ao entregar seu Filho por nossos pecados, Deus manifesta que seu desígnio sobre nós é um desígnio de amor benevolente que antecede a qualquer mérito nosso: “Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi Ele quem nos amou e enviou-nos seu Filho como vítima de expiação por nossos pecados” (1Jo 4,10). “Deus demonstra seu amor para conosco pelo fato de Cristo ter morrido por nós quando éramos ainda pecadores” (Rm 5,8).

Parágrafos relacionados 211, 2009, 1925

605. Este amor não exclui ninguém. Jesus lembrou-o na conclusão da parábola da ovelha perdida: “Assim, também, não é da vontade de vosso Pai, que está nos céus, que um destes pequeninos se perca” (Mt 18,14). Afirma ele “dar sua vida em resgate por muitos” (Mt 20,28); este último termo não é restritivo: opõe o conjunto da humanidade à única pessoa do Redentor que se entrega para salvá-la. A Igreja, no seguimento dos apóstolos, ensina que Cristo morreu por todos os homens sem exceção: “Não há, não houve e não haverá nenhum homem pelo qual Cristo não tenha sofrido”.

Parágrafos relacionados 402, 634, 2793

III. CRISTO OFERECEU-SE A SEU PAI POR NOSSOS PECADOS



Toda a vida de Cristo é oferenda ao Pai

606. O Filho de Deus, que “desceu do Céu não para fazer sua vontade, mas a do Pai que o enviou”, “diz ao entrar no mundo:.. Eis-me aqui... eu vim, ó Deus, para fazer a tua vontade... Graças a esta vontade é que somos santificados pela oferenda do corpo de Jesus Cristo, realizada uma vez por todas” (Hb 10,5-10). Desde o primeiro instante de sua Encarnação, o Filho desposa o desígnio de salvação divino em sua missão redentora: “Meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou e consumir sua obra” (Jo 4,34). O sacrifício de Jesus “pelos pecados do mundo inteiro” (1Jo 2,2) é a expressão de sua comunhão de amor ao Pai: “O Pai me ama porque dou a minha vida” (Jo 10,17). “O mundo saberá que amo o Pai e faço como o Pai me ordenou” (Jo 14,31).

Parágrafos relacionados 517, 536

607. Este desejo de desposar o desígnio de amor redentor de seu Pai anima toda a vida de Jesus pois sua Paixão redentora é a razão de ser de sua Encarnação: “Pai, salva-me desta hora. Mas foi precisamente para esta hora que eu vim” (Jo 12,27). “Deixarei eu de beber o cálice que o Pai me deu?” (Jo 18,11). E ainda na cruz, antes que tudo fosse “consumado” (Jo 19,30), ele disse: “Tenho sede” (Jo 19,28).

Parágrafo relacionado 457

“O Cordeiro que tira o pecado do mundo”

608. Depois de ter aceitado dar-lhe o Batismo junto com os pecadores, João Batista viu e mostrou em Jesus o “Cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo”. Manifesta, assim que Jesus é ao mesmo tempo o Servo Sofredor que se deixa levar silencioso ao matadouro e carrega o pecado das multidões e o cordeiro pascal, símbolo da redenção de Israel por ocasião da primeira Páscoa Toda a vida de Cristo exprime sua missão: “Servir e dar sua vida em resgate por muitos”.

Parágrafos relacionados 523, 517

Jesus abraça livremente o amor redentor do Pai

609. Ao abraçar em seu coração humano o amor do Pai pelos homens, Jesus “amou-os até o fim” (Jo 13,11), “pois ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos” (Jo 15,13). Assim, no sofrimento e na morte, sua humanidade se tornou o instrumento livre e perfeito de seu amor divino, que quer a salvação dos homens. Com efeito, aceitou livremente sua Paixão e sua Morte por amor de seu Pai e dos homens, que o Pai quer salvar: “Ninguém me tira a vida, mas eu a dou livremente” (Jo 10,18). Daí a liberdade soberana do Filho de Deus quando Ele mesmo vai ao encontro da morte.

Parágrafos relacionados 478, 515, 272, 539

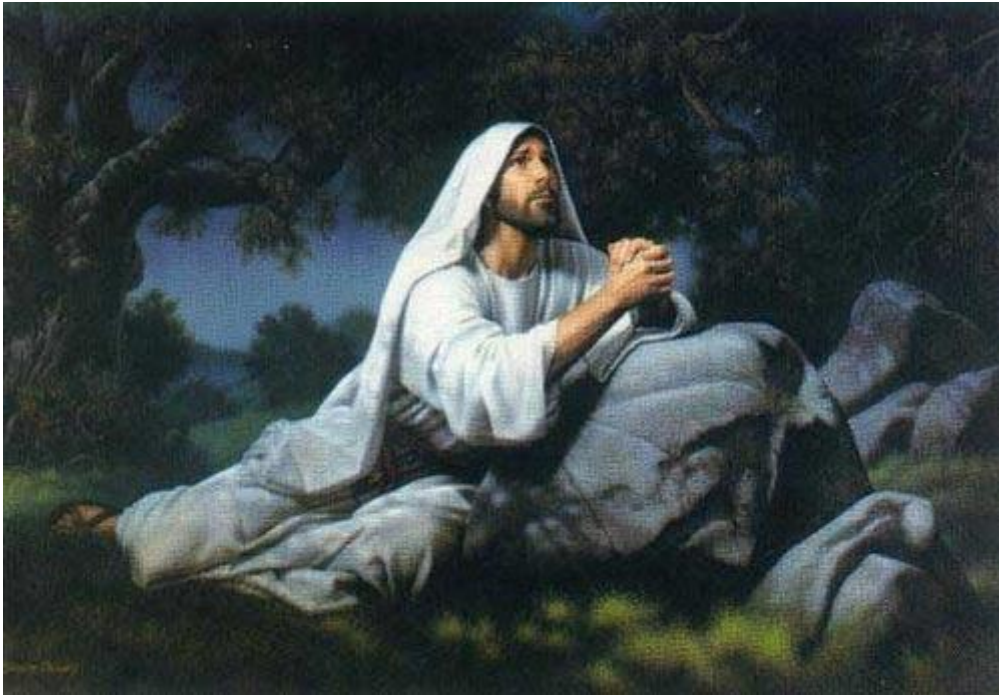
Na ceia, Jesus antecipou a oferta livre de sua vida

610. Jesus expressou de modo supremo a oferta livre de si mesmo na refeição que tomou com os Doze Apóstolos na “noite em que foi entregue” (1Cor 11,23). Na véspera de sua Paixão, quando ainda estava em liberdade, Jesus fez desta Última Ceia com seus apóstolos o memorial de sua oferta voluntária ao Pai, pela salvação dos homens: “Isto é o meu corpo que é dado por vós” (Lc 22,19). “Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que é derramado por muitos para remissão dos pecados” (Mt 26,28).

Parágrafos relacionados 766, 1337

611. A Eucaristia que instituiu naquele momento será o “memorial” de seu sacrifício. Jesus inclui os apóstolos em sua própria oferta e lhes pede que a perpetuem. Com isso, institui seus apóstolos sacerdotes da Nova Aliança: “Por eles, a mim mesmo me santifico, para que sejam santificados na verdade” (Jo 17,19).

Parágrafos relacionados 1364, 1341, 1566



A agonia no Getsêmani

612. O cálice da Nova Aliança, que Jesus antecipou na Ceia, oferecendo-se a si mesmo, aceita-o em seguida das mãos do Pai em sua agonia no Getsêmani, tornando-se “obediente até a morte” (Fl 2,8). Jesus ora: “Meu Pai, se for possível, que passe de mim este cálice...” (Mt 26,39). Exprime assim o horror que a morte representa para sua natureza humana. Com efeito, a natureza humana de Jesus, como a nossa, está destinada à Vida Eterna; além disso, diversamente da nossa, ela é totalmente isenta de pecado, que causa a morte; mas ela é sobretudo assumida pela pessoa divina do “Príncipe da Vida”, do “vivente”. Ao aceitar em sua vontade humana que a vontade do Pai seja feita, aceita sua morte como redentora para “carregar em seu próprio corpo os nossos pecados sobre o madeiro” (1Pd 2,24).

Parágrafos relacionados 532, 2600, 1009

A morte de Cristo é o sacrifício único e definitivo

613. A morte de Cristo é ao mesmo tempo o sacrifício pascal, que realiza a redenção definitiva dos homens pelo “cordeiro que tira o pecado do mundo”, e o sacrifício da Nova Aliança, que reconduz o homem à comunhão com Deus, reconciliando-o com ele pelo “sangue derramado por muitos para remissão dos pecados”.

Parágrafos relacionados 1366, 2009

614. Este sacrifício de Cristo é único. Ele realiza e supera todos os sacrifícios. Ele é primeiro um dom do próprio Deus Pai: é o Pai que entrega seu Filho para reconciliarmos consigo. É ao mesmo tempo oferenda do Filho de Deus feito homem, o qual, livremente e por amor, oferece sua vida a seu Pai pelo Espírito Santo, para reparar nossa desobediência.

Parágrafos relacionados 529, 1330, 2100

Jesus substitui nossa desobediência por sua obediência

615. “Como pela desobediência de um só homem todos se tornaram pecadores, assim, pela obediência de um só, todos se tornarão justos” (Rm 5,19). Por sua obediência até a morte, Jesus realizou a substituição do Servo Sofredor que “oferece sua vida em sacrifício expiatório”, “quando carregava o pecado das multidões”, “que ele justificava levando sobre si o pecado de muitos”. Jesus prestou reparação por nossas faltas e satisfez o Pai por nossos pecados.

Parágrafos relacionados 1850, 433, 411

Na cruz, Jesus consuma seu sacrifício

616. É “o amor até o fim” que confere o Valor de redenção de reparação, de expiação e de satisfação ao sacrifício de Cristo. Ele nos conheceu a todos e amou na oferenda de sua vida. “A caridade de Cristo nos compele quando consideramos que um só morreu por todos e que, por conseguinte, todos morreram” (2Cor 5,14). Nenhum homem, ainda que o mais santo, tinha condições de tomar sobre si os pecados de todos os homens e de se oferecer em sacrifício por todos. A existência em Cristo da Pessoa Divina do Filho, que supera e, ao mesmo tempo, abraça todas as pessoas humanas, e que o constitui Cabeça de toda a humanidade, torna possível seu sacrifício redentor por todos.

Parágrafos relacionados 478, 468, 519

617. “*Sua sanctissima passione in ligno crucis nobis iustificationem meruit* – Por sua santíssima Paixão no madeiro da cruz mereceu-nos a justificação”, ensina o Concílio de Trento, sublinhando o caráter único do sacrifício de Cristo como “princípio de salvação eterna”. E a Igreja venera a Cruz, cantando: “cruz, ave, spes unica – Salve, ó Cruz, única esperança”.

Parágrafos relacionados 1992, 1235

Nossa participação no sacrifício de Cristo

618. A Cruz é o único sacrifício de Cristo, “único mediador entre Deus e os homens”. Mas pelo fato de que, em sua Pessoa Divina encarnada, “de certo modo uniu a si mesmo todos os homens”, “oferece a todos os homens, de uma forma que Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério Pascal”. Chama seus discípulos a “tomar sua cruz e a segui-lo”, pois “sofreu por nós, deixou-nos um exemplo, a fim de que sigamos seus passos”. Quer associar a seu sacrifício redentor aqueles mesmos que são os primeiros beneficiários dele. Isto realiza-se de maneira suprema em sua Mãe, associada mais intimamente do que qualquer outro ao mistério de seu sofrimento redentor:

Parágrafos relacionados 1368, 1460, 307, 2100, 964

Fora da Cruz não existe outra escada por onde subir ao céu.

RESUMINDO

619. *“Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras” (1Cor 15,3).*

620. *Nossa salvação deriva da iniciativa de amor de Deus para conosco, pois “foi Ele quem nos amou e enviou seu Filho como vítima de expiação por nossos pecados” (1Jo 4,10). “Foi Deus que em Cristo reconciliou o mundo consigo” (2Cor 5,19).*

621. *Jesus ofereceu-se livremente por nossa salvação. Este, dom, ele o significa e o realiza por antecipação durante a Última Ceia: “Isto é meu corpo, que será dado por vós” (Lc 22,19).*

622. *Nisto consiste a redenção de Cristo: ele “veio dar a sua vida em resgate por muitos” (Mt 20,28), isto é, “amar os seus até o fim” (Jo 13,1), para que sejais “libertados da vida fútil que herdastes de vossos pais”.*

623. *Por sua obediência de amor ao Pai, “até a morte de cruz” (Fl 2,8), Jesus realizou sua missão expiadora do Servo Sofredor que “justificará a muitos e levar sobre si as suas transgressões”.*



Revisando temas

1. “Que um só morra por todo o povo”

João deixou expresso de modo muito claro a estranha ligação entre a execução da vontade de Deus e a cegueira egoísta em Caifás. Estando os membros do Sinédrio perplexos acerca do que convinha fazer diante do perigo causado pelo movimento gerado à volta de Jesus, Caifás pronuncia a palavra decisiva: ‘Não compreendeis que é de vosso interesse que um só homem morra pelo povo e não pereça a nação toda?’ (11,50). Por tal palavra vê-se, acima de tudo, que até aquele momento o Sinédrio, reunido em sessão hesitava temeroso perante a perspectiva de uma condenação à morte e procurava outras vias de saída da crise, sem, contudo, encontrar uma solução. Somente uma palavra do sumo sacerdote, motivada teologicamente e expressa com base na autoridade do seu cargo, podia dissipar as dúvidas deles, e deixa-los predispostos à grave decisão.

O conteúdo da “profecia de Caifás é, antes de mais nada, de natureza absolutamente pragmática e, nesse aspecto, possui, para ele, uma razoabilidade imediata: se por meio da morte de um indivíduo (e somente assim) se pode salvar o povo, a morte desse indivíduo é o mal menor e a via justa politicamente. Mas aquilo que soa assim e é

entendido primariamente em sentido puramente pragmático, alcança, todavia, com base na inspiração “profética”, uma profundidade muito diferente. Jesus, o indivíduo, morre pelo povo: transparece o mistério da função vicária, que é o conteúdo mais profundo da missão de Jesus.

A ideia da função vicária permeia a história inteira das religiões. Procura-se, de variadas formas, afastar do rei, do povo, da própria vida a desgraça pendente, transferindo-a para substitutos. O mal deve ser expiado e, desse modo, restabelecida a justiça; mas descarrega-se sobre outros a punição, a desgraça fatal, procurando assim libertar-se a si mesmo. Contudo, essa substituição por meio de sacrifícios animais ou mesmo humanos permanece, em última análise, inatendível: o que ali se oferece em representação é apenas um sucedâneo daquilo que é propriamente pessoal, não podendo de forma alguma tomar o lugar daquele que assim deve ser redimido. O sucedâneo não é uma oferta nos sentido de uma função vicária, e, todavia, a história inteira aparece à procura dAquele que pode verdadeiramente intervir em nosso lugar, que é verdadeiramente capaz de nos assumir em Si mesmo e assim conduzir-nos à salvação (Ratzinger, Joseph. *Jesus de Nazaré. Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição*, p. 159-160).

2. “Faça-se a Tua, não a minha vontade”



No Getsêmani Jesus experimenta *o horror que a morte representa para a sua natureza humana* (612). Nesse jardim, Jesus experimenta a solidão extrema e o sofrimento de ser homem condenado à morte violenta. A sua agonia é a luta de quem aceita na sua vontade humana a vontade do Pai, mas é também a experiência do abismo do pecado que penetra no mais profundo da alma.

A angústia de Jesus não se limita ao medo da morte.

“É a turbção particular dAquele que é a própria Vida diante do abismo de todo o poder da destruição, do mal, daquilo que se opõe a Deus e que agora Lhe cai diretamente em cima, que Ele de modo imediato deve agora toma sobre Si, ou melhor, deve acolher dentro de Si até o ponto de ser pessoalmente “feito pecado” (2Cor 5,21).

Precisamente porque é o Filho, vê com extrema clareza toda a amplitude da maré imunda do mal, todo o poder da mentira soberba, toda a astúcia e atrocidade do mal, que se apresenta com a máscara da vida, mas serve continuamente à destruição do ser, à deturpação e ao aniquilamento da vida. Precisamente porque é o Filho, sente profundamente o horror, toda a imundície e perfídia que deve beber naquele “cálice” que Lhe está destinado: todo o poder do pecado e da morte. Ele tem de acolher tudo isso dentro de Si mesmo, para que nEle fique despojado de poder e superado” (Ratzinger, Joseph. *Jesus de Nazaré. Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição*, p. 145).

A agonia de Jesus no Getsêmani e o sofrimento atroz da sua morte violenta mostram que a nossa salvação, de fato, custa um alto preço para Deus.

“Deus não pode pura e simplesmente ignorar toda a desobediência dos homens, todo o mal da história, não pode tratá-lo como algo irrelevante e insignificante. Uma tal espécie de ‘misericórdia’, de ‘perdão incondicionado’ seria aquela ‘graça a baixo preço’ contra a qual se pronunciou com razão Dietrich Bonhoeffer, diante do abismo do mal do seu tempo. A injustiça, o mal real não pode pura e simplesmente ser ignorado, ser deixado simplesmente em si. Deve ser transformado, vencido. Só esta é a verdadeira misericórdia. Que agora, dado que os homens não são capazes, o faça o próprio Deus, esta é a bondade ‘incondicionada’ de Deus, uma bondade que não pode jamais estar em contradição com a verdade e – associada a ela – a justiça” (Ratzinger, Joseph. *Jesus de Nazaré. Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição*, p. 125-126).

3. “Por que me abandonaste?”

Jesus não conheceu a reprovação, como se Ele mesmo tivesse pecado. Mas no amor redentor que sempre O unia ao Pai, *nos assumiu na perdição de nosso pecado em relação a Deus* (603). O que significa esse “nos assumiu na perdição de nosso pecado”? Como podemos entender a experiência que Jesus fez de ser abandonado por Deus? Que significado esse abandono na cruz tem para nossa salvação?

É preciso que fique claro: é Jesus, o Filho, que se sente abandonado pelo Pai e não somente “sua humanidade”. O drama do abandono não deve ser visto somente como uma questão de relacionamento entre humanidade e divindade. Devemos aceitar a realidade do abandono e da obscuridade que Cristo experimenta em sua paixão. A força da afirmação de que Jesus foi feito pecado por nós não deve ser minimizada (cf. 2Cor 5,21). Todo o amor do Pai, que entrega o Filho de seu amor aos homens, e do Filho, que se entrega obedecendo ao Pai, mesmo na angústia e na obscuridade, em solidariedade com os pecadores afastados de Deus, se manifesta na cruz.

A Comissão Teológica Internacional aludiu de maneira bastante prudente à questão da revelação trinitária no mistério da cruz. O documento “Questões seletas de Cristologia” de 1979 afirma:

O homem foi criado para se integrar, em Cristo e por ele, na vida trinitária, e sua alienação de Deus, mesmo que grande, não pôde ser tão grande quanto a distância entre o Pai e o Filho em seu aniquilamento kenótico (Fl 2,7) e no estado em que foi abandonado pelo Pai (Mt 27,46). Trata-se do aspecto econômico da relação entre as pessoas divinas, cuja distinção (na identidade de natureza e do amor infinito) é máxima.

Dois pontos são importantes nessa afirmação.

A. No contexto da substituição vicária, o documento faz referência ao *distanciamento entre o Pai e o Filho* no despojamento (*kénosis*) deste último e no abandono por parte do Pai. Esse distanciamento é ainda maior do que aquele provocado pelo pecador. Pode-se dizer que o pecado é dizer “não” a Deus. Por esse “não” o pecador se aliena e se separa de Deus. Mas no abandono da cruz, o Filho experimenta uma distância do Pai ainda maior (máxima) do que a solidão provocada pelo pecado. Assim o “não” do pecado e a alienação que ele provoca são superados radicalmente pelo distanciamento entre Pai e Filho. Por isso o pecador não está mais definitivamente só em sua alienação, mas em companhia do Filho de Deus abandonado. Deus irrompe a solidão do pecador e

o acompanha até na situação mais extrema da sua escolha contra Deus e, dessa maneira, lhe abre a possibilidade de conversão. O pecador se distanciou de Deus na desobediência, mas essa alienação foi superada radicalmente por Jesus que assumiu sobre si as consequências dessa desobediência. De fato, Jesus não é um pecador, mas aceitou se fazer plenamente solidário, por amor, com os pecadores.

O amor de Deus pode ser qualificado de *eros* e de *agape*. Sua paixão (*eros*) por seu povo, na Escritura, é descrita com arrojadas imagens eróticas. Mas essa paixão divina é também *agape*, ou seja, supera largamente o aspecto da gratuidade e principalmente perdoa. Bento XVI, na encíclica *Deus é amor*, descreveu primorosamente a *agape* erótica que o Pai revela na cruz de Cristo:

O amor apaixonado de Deus por seu povo – pelo homem – é ao mesmo tempo um amor que perdoa. E é tão grande que chega a virar Deus contra Si próprio, seu amor contra a justiça. Nisso o cristão vê já esboçar-se veladamente o mistério da Cruz: Deus ama tanto o homem que, tendo-Se feito Ele próprio homem, segue-o até a morte, e desse modo, reconcilia justiça e amor (10).

Vemos assim, de um lado, a gravidade e o peso do pecado e, de outro, que o amor de Deus é capaz de se colocar na situação do pecador: “Aquele que não conhecera pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus” (2Cor 5,21). Deus entregou seu Filho, carregando-o do nosso pecado. Por isso, na cruz, Jesus experimentou uma distância do Pai maior do que a distância em que o pecador, na vida presente, cai ao se separar de Deus.

O Filho livremente toma sobre si todo o peso da realidade do pecado e da solidão por ele provocada. Isso explica a agonia da cruz que é expressa no grito do abandonado. Ele enfrenta o abismo do pecado, a separação de Deus, mas porque o faz por amor, transforma o pecado em amor, o cancela e estabelece a nossa condição de filhos.

O Filho experimentou na cruz também a obscuridade da dificuldade de aceitar o desígnio do Pai. É preciso entender com realismo o “*Abbá, Ó Pai! Tudo é possível para ti: afasta de mim este cálice; porém, não o que eu quero, mas o que tu queres*” (Mc 14,36 par.). A experiência de Jesus, na solidão da paixão, é única como o Cristo é único. Como a experiência que Jesus faz do amor do Pai e da sua unidade com Ele é única, da mesma maneira é única a experiência da obscuridade em relação à vontade do Pai.

B. A manifestação econômica da distinção imanente das pessoas se revela na cruz e no abandono do Filho pelo Pai. O abandono é real, não aparente. Mostra efetivamente *a distinção das pessoas divinas que deve ser sempre vista na unidade*. No abandono se revela a *distinção na unidade*. Por isso, ao abandono pelo Pai corresponde o abandono confiante do Filho nas mãos do Pai (Lc 23,46; Sl 31,6).

Não é suficiente pensar o grito de abandono como sendo o “da humanidade” de Cristo. O clamor da cruz é sempre o clamor do Filho que se dirige ao Pai. É certamente a voz do Filho enquanto homem, encarnado e despojado de sua dignidade por nós. Mas, no momento da paixão e da morte, é a relação com o Pai o que está em primeiro plano. A história toda de Jesus, também de sua paixão, morte e ressurreição, é a história da relação do Filho, enquanto homem, com o Pai que o enviou ao mundo. Assim nos encontramos no âmbito da relação entre as Pessoas divinas, não somente entre as duas naturezas de Cristo.

O clamor de Jesus na cruz

Todas as misérias da humanidade de todos os tempos, escrava do pecado e da morte, todos os pedidos e intercessões da história da salvação são recolhidos neste Grito do

Verbo encarnado. Eis que o Pai os acolhe e, indo além de todas as esperanças, ouve-os, ressuscitando seu Filho. Dessa forma se realiza e se consuma o evento da oração na Economia da criação e da salvação (Catecismo, 2606).

O Pai entregou seu Filho ao mundo (cf. Mt 17,22). Mas não devemos igualar a entrega que o Pai faz com a entrega que os homens fazem. O Pai entrega o Filho nas mãos dos pecadores, mas não como Judas. Tampouco devemos imaginar que Deus se alegre com o sofrimento do Filho. Deus aceita a morte do seu Filho pelas mãos dos homens porque respeita a nossa liberdade em suprema revelação de seu amor. Deus Pai, aquele que gera o Filho, não pode querer diretamente a sua morte. Por isso é preciso reconhecer diversos matizes na entrega.

Essa entrega por parte do Pai, contudo, não encontra em Jesus rebelião alguma. Pelo contrário, há uma plena correspondência por parte de Jesus, que se entrega também por amor. Ele “me amou e se entregou por mim” (Gl 2,20). Também o amor do Filho pelos homens se manifesta nessa sua entrega. Trata-se, portanto, do amor do Pai e do amor do Filho, da plena correspondência do Filho ao desígnio do Pai. Em sua paixão, Jesus não somente sofre o abandono, mas também entrega o seu espírito nas mãos do Pai (cf. Lc 23,46). Não se pode falar, portanto, de um “conflito” intradivino. Se o abandono de Jesus pelo Pai pode expressar a “distância”, a diferenciação das pessoas em Deus, que é máxima, a obediência do Filho, a aceitação do desígnio do Pai e a confiança radical nEle mostram a profunda unidade e a comunhão divina. A distinção e o distanciamento revelados no abandono da cruz, por maior que possamos pensar, não podem negar nem destruir a unidade entre o Pai e o Filho que estão sempre em pura referência recíproca.

